

PORTARIA Nº 1.301 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021.

Outorga a DJALMA GOMES GOUVEA o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação de água no córrego sem denominação.

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, LILIAN FERREIRA DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria no 34 de 23 de janeiro de 2018, e

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 11.088 de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução Nº 119 de 07 novembro de 2019, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 05, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o Parecer Técnico Nº 4500/GOUT/CCRH/SURH/2021, de 14 de dezembro de 2021, acostado às fls. 56 f/v e 57 do processo SAD Nº 89362/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar a DJALMA GOMES GOUVEA, CPF: 017.754.148-25, doravante denominado Outorgado, o de direito de uso de Recursos Hídricos, para captação no córrego sem denominação, com a finalidade de criação animal (dessedentação) de 4.000 bovinos no sistema de confinamento, na Fazenda Progresso, zona rural do Município de Alta Floresta/MT, na Unidade de Planejamento e Gerenciamento UPG: A-5 – Médio Teles Pires, Bacia Hidrográfica Amazônica, com as seguintes características:

I - Coordenadas geográficas da captação: 10º19'38,67"S de Latitude Sul e 56º09'54,25"W de Longitude Oeste, vazão de captação: 19,99 m³/h ou 0,00555 m³/s, totalizando o volume anual de 71.992,8 m³, conforme consta na tabela 01 do anexo. A captação atende a criação animal (dessedentação) de 4.000 bovinos em confinamento.

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 14 de dezembro de 2031, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;
- II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III - incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06/06/2007;

IV - indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto n° 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;

II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 4º O outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, dentro do prazo de validade da outorga vigente.

Art. 7º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual n° 11.088, de 09 de março de 2020.

Art. 8º O outorgado se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 9º Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 14 de dezembro de 2021.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRA-SE...

LILIAN FERREIRA DOS SANTOS
Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos
GSALARH/SEMA-MT

Tabela 01 – córrego sem denominação
Coordenadas Geográficas – 10°19'38,67" S de Lat. e 56°09'54,25" W de Long.
DATUM: SIRGAS2000

MÊS	Vazão (m³/s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Janeiro	0,0055	10	30
Fevereiro	0,0055	10	30
Março	0,0055	10	30
Abril	0,0055	10	30
Mai	0,0055	10	30
Junho	0,0055	10	30

Volume total Anual (m³): 71.992,8

MÊS	Vazão (m³/s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Julho	0,0055	10	30
Agosto	0,0055	10	30
Setembro	0,0055	10	30
Outubro	0,0055	10	30
Novembro	0,0055	10	30
Dezembro	0,0055	10	30



